



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO,
ATUÁRIA, CONTABILIDADE E SECRETARIADO

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PRODUTOS E SERVIÇOS EXISTENTES NO SETOR
DE EXPORTAÇÃO

JANEMAYRE TIMBÓ RODRIGUES

FORTALEZA-CE

DEZ - 1999

PRODUTOS E SERVIÇOS EXISTENTES NO SETOR DE EXPORTAÇÃO

JANEMAYRE TIMBÓ RODRIGUES

Orientador: JOSÉ ALBERTO SOARES

Monografia apresentada à Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado, para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

FORTALEZA-CE

1999

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Ciências Contábeis, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, outorgado pela Universidade Federal do Ceará – UFC e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que feita de acordo com as normas de ética científica.

_____	Média
Janemayre Timbó Rodrigues	_____
_____	Nota
José Alberto Soares	_____
_____	Nota
Pedro Paulo Monteiro Vieira	_____
_____	Nota
Vicente Lima Crisóstomo	_____

Monografia aprovada em 12 / 01 / 2000

DEDICATÓRIA

Ao meu filho João Victor,
paixão da minha vida, de quem
furtei horas de valorosa convivên-
cia, necessárias à elaboração
deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

- A DEUS, autor e senhor da vida, mais que um agradecimento: é d'Ele que procede toda sabedoria e todo Dom.

- À minha família, pelo apoio e incentivo recebidos para conclusão deste curso, o qual foi interrompido após meu ingresso no quadro de funcionários do Banco do Brasil.

- Ao professor e ex-colega de trabalho Alberto, pelo valioso estímulo e dedicação que a mim destinou no período do curso, demonstrando ser um verdadeiro amigo.

- Aos professores componentes da banca examinadora, pela compreensão e profissionalismo.

- A todos aqueles que, anonimamente contribuíram para o meu sucesso acadêmico e crescimento profissional.

A Autora

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA.....	II
AGRADECIMENTOS.....	III
SUMÁRIO.....	IV
RESUMO.....	VI
1. INTRODUÇÃO	1
2. CÂMBIO NO BRASIL	3
2.1. Política Brasileira de Comércio Exterior	3
2.2. Estrutura do Câmbio e Comércio Exterior	5
2.3. Taxas	8
2.3.1. Taxa de Câmbio	8
2.3.2. Taxa de Juros Internacionais	9
2.4. Política Cambial Brasileira	10
2.5. Política Cambial Brasileira a partir de Jan/99	11
3. COMÉRCIO INTERNACIONAL	15
3.1 Organismos Internacionais	16
3.2 Planejamento Estratégico na Exportação	17
3.2.1. Cadastramento de Exportadores e Importadores	18

3.2.2. Pesquisa de Mercado	18
3.2.3. Requisitos do Produto	19
3.2.4. Divulgação	19
3.2.5. Viagens de Negócios	20
4. PRODUTOS DE FINANCIAMENTO À EXPORTAÇÃO	21
4.1. ACC – Adiantamento sobre Contrato de Câmbio	21
4.2. ACE – Adiantamento sobre Cambiais Entregues	22
4.3. Export Notes	23
4.4. PROEX	23
4.4.1. PROEX – Equalização	23
4.4.2. PROEX – Financiamento	24
4.5. FORFEX	25
4.6. Pré-Pagamento de Exportação	26
4.7. Produtos da Pauta de Exportação do Ceará	26
5. SERVIÇOS RELACIONADOS À EXPORTAÇÃO	30
5.1. Cobrança de Exportação	30
5.2. Cartas de Garantias	30
5.3. Descontos de Cambiais	31
5.4. Seguro de Crédito à Exportação	32
6. CONCLUSÃO	33
7. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	35

RESUMO

Este trabalho compila os principais produtos e serviços existentes na exportação com o objetivo de servir de fonte de consulta a todos que desejarem obter conhecimentos específicos sobre uma área tão ampla quanto é o comércio exterior. Para tanto, foi dada ênfase aos principais produtos e serviços voltados ao financiamento e à viabilização das exportações brasileiras nas fases pré e pós-embarque. Assim, estão detalhados os objetivos, as estruturas e os custos de cada uma das linhas de crédito abordadas e dos serviços contemplados. Embora o foco do trabalho tenha sido os produtos e serviços de exportação, também estão contidas neste trabalho importantes informações sobre a política cambial brasileira, a estrutura do câmbio e comércio exterior do país, as taxas de câmbio e de juros internacionais, comércio internacional, enfim, o necessário para compreender a magnitude do assunto ora abordado.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo apresentar uma abordagem mais detalhada dos produtos e serviços de exportação, não se restringindo, entretanto, apenas a este tópico.

No contexto de um mundo globalizado, como tanto tem-se apregoadado nos últimos anos, torna-se imprescindível para qualquer profissional, independente do seu ramo de atividade, conhecer um pouco sobre comércio internacional.

No Brasil, em especial, este tema tem-se revestido de crescente importância, principalmente a partir de 1990, com a abertura da economia brasileira ao comércio internacional.

Desde então, passou a fazer parte do cotidiano do cidadão brasileiro não só o comércio de bens importados, mas também uma maior necessidade de melhor compreender o mecanismo de funcionamento desse mercado.

Um ano após a implantação do plano real, em junho de 1994, o Brasil passou a registrar sucessivos e crescentes déficits na sua balança comercial, impelindo o governo a adotar instrumentos capazes de estimular nossas exportações, seja através de exoneração fiscal ou de criação e diversificação das

linhas de crédito, voltados para a produção e comercialização dos produtos no exterior.

Diante da importância e atualidade do assunto, este trabalho aborda exatamente um destes mecanismos, representados pelos produtos e serviços de exportação. Assim sendo, toda pesquisa, que precedeu a elaboração deste documento, foi realizada junto a instituições financeiras autorizadas a operar em câmbio pelo Banco Central, especialmente no Banco do Brasil, reconhecido historicamente como a instituição que mais fortemente tem atuado nesta área.

2. CÂMBIO NO BRASIL

Um país com uma dívida externa avultada, como é o caso do Brasil, jamais pode se descuidar de uma questão econômica extremamente delicada: a reserva de divisas para atendimento de importações essenciais para seu desenvolvimento. Não é de se estranhar, pois, que as autoridades governamentais estejam sempre atentas ao câmbio, pelas suas consequências diretas no equilíbrio do balanço de pagamentos.

Decorre desse controle, por exemplo, os cuidados com a centralização das divisas em poder do Estado, com a imposição de medidas restritivas às importações e, mais especificamente no caso de câmbio, com a cotação da moeda nacional em relação às moedas estrangeiras, principalmente o dólar.

2.1- Política Brasileira de Comércio Exterior

O comércio exterior, impulsionado pelo fenômeno da globalização, tem experimentado constantes avanços na liberação das fronteiras econômicas. O Brasil, especialmente, está vivendo uma década de política de transformação econômica, partindo do modelo protecionista para o modelo liberal.

Até março de 1990, visando um total controle e redução dos volumes de importação, o Brasil lançava mão de instrumentos considerados desleais por outros países, que eram as barreiras tarifárias e não-tarifárias, tais como: sobretaxas tarifárias, depósitos compulsórios, programas de importação e cotas, suspensão temporária de concessão de guias de importação, prazos mínimos de pagamento, etc.

A partir daquela data, o governo adotou vários procedimentos para promover a abertura do comércio exterior:

- criação do SISCOMEX – Sistema Integrado de Comércio Exterior – que é um instrumento que integra as atividades de registro, acompanhamento e controle das operações de comércio exterior, através do compartilhamento de dados por meio eletrônico;
- eliminação da maioria dos itens suspensos;
- agilização na emissão de documentos de importação;
- eliminação do programa de importação.

Na atualidade, a política brasileira de importação está voltada à manutenção da abertura comercial iniciada em 1990, com destaque para a redução gradual das tarifas de imposto de importação.

No que se refere à exportação, o governo persegue a sério a meta de duplicar as vendas externas até 2.002, ao patamar de US\$ 100 bilhões anuais. Há várias iniciativas em andamento, tais como o fortalecimento à produtividade e competitividade de setores considerados estratégicos e a revitalização dos financiamentos à exportação.

2.2 - Estrutura do Câmbio e Comércio Exterior Brasileiro

A estrutura divide-se em duas áreas de atuação. A primeira é integrada por órgãos que tratam dos interesses brasileiros no exterior, a saber:

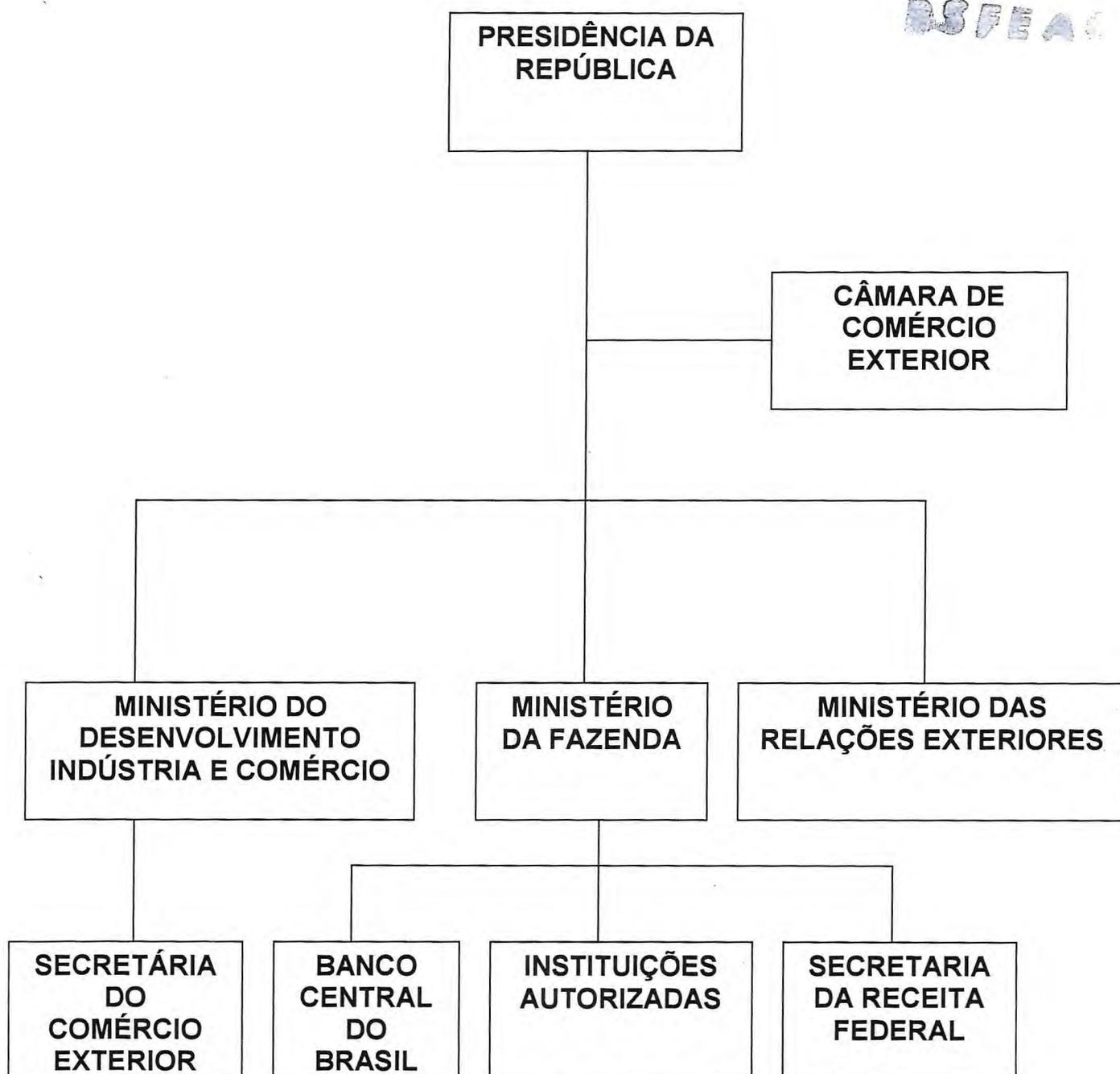
- Ministério das Relações Exteriores (MRE): atua no marketing externo, voltado à promoção e divulgação de oportunidades comerciais no estrangeiro, em parceria com consulados, embaixadas e chancelarias.
- Secretaria de Comércio Exterior (SECEX): órgão do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) que representa o Brasil em negociações de acordos ou convênios internacionais.

A segunda área de atuação refere-se aos assuntos gerenciais e reguladores de comércio exterior, no Brasil, que são conduzidos pelos seguintes órgãos de competência:

- Secretaria de Comércio Exterior (SECEX): normatiza, supervisiona, orienta, planeja, controla e avalia as atividades comerciais do Brasil com outros países, em observância à política de comércio exterior vigente.
- Secretaria da Receita Federal (SRF): subordinada ao Ministério da fazenda. Fiscaliza as exportações e as importações de mercadorias e a correta utilização dos incentivos fiscais concedidos pela legislação em vigor, bem como arrecada os direitos aduaneiros incidentes sobre a entrada e saída de mercadorias no país.

→ Banco Central do Brasil (BACEN): é uma autarquia federal. Efetua o controle de capitais estrangeiros; mantém em depósito as reservas oficiais em ouro, em moeda estrangeira e em Direitos Especiais de Saque; autoriza as instituições financeiras a operar em câmbio e as fiscaliza; atua no mercado de câmbio, financeiro e comercial, no sentido de manter a estabilidade relativa das taxas de câmbio e o equilíbrio no balanço de pagamentos.

ESTRUTURA DO CÂMBIO E COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO



2.3 - Taxas

No mercado internacional, é necessário saber distinguir o significado da palavra “taxa”, pois há referências à taxa de câmbio ou à taxa de juros internacionais.

2.3.1 – Taxa de Câmbio

A taxa de câmbio nada mais é que o preço da moeda estrangeira expresso em moeda nacional. A importância dessa relação reside num fato vital para a economia de um país como o Brasil, e que pode ser dito em termos até bastante óbvios: é a taxa de câmbio que estimula as exportações – geradoras das desejadas divisas – ou as importações – que podem causar o temido déficit no balanço de pagamentos.

O balanço de pagamentos estaria automaticamente equilibrado se a taxa de câmbio variasse conforme as forças da oferta e da procura. Em termos simples: quando as exportações fossem maiores que as importações, naturalmente haveria sobra de divisas, o que determinaria uma redução da taxa de câmbio. Se as exportações fossem menores que as importações, faltariam divisas, ocasionando uma procura maior, o que, pelas leis de mercado, levaria ao aumento da taxa cambial.

No entanto, esse equilíbrio é determinado por aspectos complexos como as tendências inflacionárias, as variações de renda, as diretrizes políticas, as manobras especulativas, etc., levando as autoridades monetárias a intervirem a fim de resguardar os interesses nacionais.

Em janeiro de 1989, o governo instituiu o “mercado de taxas flutuantes”, o chamado “dólar turismo”, ocasião em que foram aumentados os limites para determinadas operações de aquisição de moeda estrangeira. Coexistindo com esse segmento de taxas flutuantes, vigorava o sistema de taxas administradas para as operações de comerciais de importação e exportação.

Um passo a mais foi dado no sentido de maior liberação das taxas ocorreu em março de 1990, quando o governo atendendo a expectativas, principalmente de importadores e exportadores, liberou as taxas para este segmento, surgindo então o “dólar livre” ou “comercial”. Esta taxa oscila durante o dia, assumindo características de um mercado peculiar em que os bancos, corretoras e governo interagem de acordo com suas convicções de oferta, procura interna e externa.

Por envolver as operações de maior interesse para o país, é de se esperar a interferência do Banco Central, fato que é verificado na cotação do dólar comercial permanecer abaixo do dólar turismo.

Hoje, basta abrir um caderno de economia de qualquer jornal para ser constatada a convivência de relativa harmonia em termos de taxa cambial: estão ali expressas as diferentes cotações para o dólar comercial, dólar turismo e dólar paralelo.

2.3.2 – Taxa de Juros Internacionais

A taxa de juros internacionais sinaliza o custo do dinheiro no mercado externo. As principais são:

- LIBOR (London Interbank Offered Rate) : taxa de juros de venda do mercado londrino, calculada a partir da taxa média de juros praticada pelos principais banqueiros na praça de Londres.
- PRIME RATE (taxa principal, de primeira): taxa mínima de juros cobrada pelos bancos norte-americanos de seus clientes preferenciais. É a taxa básica do mercado americano, aplicável praticamente a quase todas as operações de empréstimos/ financiamentos.

2.4 - Política Cambial Brasileira

A política cambial é um instrumento de que dispõe o governo para regular o balanço de pagamentos e, juntamente com a política monetária, controlar as taxas de juros e a inflação.

Um incremento no ingresso de divisas, via aumento das exportações ou através de captação no exterior, pressupõe maior necessidade de conversão para a moeda nacional, forçando o governo a emitir moeda, com forte efeito inflacionário. Também uma sensível saída de divisas, em pagamento a importações ou a compromissos financeiros no exterior, acarretará necessidade de saldo em caixa, em moeda estrangeira, para honrar tais compromissos.

A necessidade de exercer maior ou menor controle sobre as taxas de câmbio e operações cambiais vai determinar o tipo de mercado de câmbio a ser adotado pelo governo: livre (isento de controle) ou restrito (controle em determinados níveis).

Atualmente, as taxas cambiais praticadas são consideradas livres, isto

é, não estão teoricamente limitadas por qualquer regulamentação governamental. Entretanto, dizer que o mercado brasileiro é livre é utopia, pois, a exemplo da maioria dos demais países, a autoridade monetária, sempre que necessário, intervém de forma a conter e regular as forças do mercado para garantir uma política cambial e monetária que esteja de acordo com as condições de equilíbrio desejada pelo governo.

2.5. Política Cambial Brasileira a partir de Janeiro /99



É importante relembrar a política cambial brasileira anterior a janeiro de 1999, antes de quaisquer considerações sobre a sua atual condução pelo Banco Central do Brasil.

Com a implantação do Plano Real em 1994, o BACEN passou a definir a taxa de desvalorização da moeda norte-americana e os limites para a cotação do dólar, por meio de um sistema que continha dois componentes: as bandas largas e as minibandas.

As bandas largas eram definidas anualmente e tinham a função de dar indicadores para a desvalorização do dólar no período de 12 meses seguintes. O último ajuste da banda larga havia ocorrido em 20 de janeiro de 1998, com o seu teto estabelecido em R\$ 1,22 e o piso em R\$ 1,12. Essa banda sinalizava que, em um período de cerca de um ano, o dólar sairia do piso da banda larga para o teto.

As minibandas significaram uma evolução da taxa de câmbio, pois, como o próprio nome traduz, eram bandas menores com teto e piso contidos na banda larga. Esses parâmetros eram reajustados pelo menos sete vezes por mês,

impondo limites para a cotação do dólar no dia-a-dia. Para tanto o Banco Central intervinha no mercado comprando ou vendendo a moeda norte-americana, quando o piso ou teto, respectivamente, sofriam ameaças de serem rompidos.

Em abril de 1998, o BACEN decidiu mudar paulatinamente o sistema, ampliando a minibanda para que o seu intervalo situasse mais próximo da banda larga. Assim, o piso da minibanda começou a ser reajustado em um ritmo mais lento que o teto, de forma a garantir que, em dois ou três anos, o intervalo entre esses limites ficasse em cerca de 4%.

A crise Asiática, iniciada efetivamente em maio de 1997, afetou substancialmente a economia brasileira, forçando o Governo Federal a elevar as taxas de juros internos, com o objetivo de conter a fuga do capital estrangeiro aplicado em bolsa e fundos de investimento. Ao mesmo tempo, foi proposto ao Congresso Nacional um pacote fiscal capaz de reduzir os gastos governamentais e aumentar os impostos.

Na ocasião, o Brasil ainda contava com uma confortável reserva internacional, embora tornasse cada vez mais preocupante os sucessivos e progressivos déficits na sua balança comercial.

O ano de 1998 começara com uma aparente estabilização da crise nos países asiáticos. Porém, surgiram os primeiros indícios de graves problemas na economia Russa, gerando grandes especulações sobre a possibilidade de a crise espalhar-se entre os chamados países emergentes, especialmente o Brasil, tido pelos investidores e analistas internacionais como a “bola da vez”.

As especulações contra o Real, se não pulverizaram nossas reservas internacionais, fizeram-na reduzir-se a pouco mais de US\$ 20 bilhões em fevereiro de 1999, descontada a parcela de US\$ 9,3 bilhões do empréstimo do

FMI, correspondendo a menos de 1/3 do volume observado em abril de 1998, quando, no conceito caixa, o Brasil dispunha de US\$ 74,7 bilhões.

O ano de 1999 começara com insinuações sobre a revisão do acordo com o FMI, por conta de expressiva queda das reservas cambiais e da declaração formal de moratória, por noventa dias, do governo do Estado de Minas Gerais. Associados a esses problemas, surgiram novas especulações sobre mudanças no Banco Central e no Ministério da Fazenda, fragilizando mais ainda a credibilidade do país, o que culminou com a queda do índice BOVESPA e do preço dos títulos soberanos do Brasil.

Pressionado pelo mercado, o Banco Central, em 13.01.99, através do Comunicado 6.560, extinguiu as minibandas cambiais e promoveu uma desvalorização de 8,96% do real em relação do dólar. Como medida adicional, estabeleceu que o ritmo das desvalorizações seria menor, o que significava que, em vez de 7,5% anuais anteriores, a taxa de desvalorização ficaria entre 2,72% e 5,45% anuais. Por esse novo sistema, o teto e o piso da banda larga passaram a ser corrigidos de acordo com a cotação média do dólar a cada período de três dias úteis, permitindo maior volatilidade à moeda norte-americana, já que poderia oscilar dentro de um intervalo (banda larga) mais amplo.

O novo regime, entretanto, não angariou a confiança do mercado, que passou a registrar expressivos volumes de saídas financeiras, com os bancos revertendo suas posições (vendedores para compradores), o que intensificou a pressão sobre a taxa de câmbio, elevando-a, no mesmo dia, ao novo teto estabelecido.

Como consequência, em 15.01.1999, o BACEN emitiu o Comunicado 6.563, informando seu afastamento do mercado, significando, na prática, a

suspensão temporária do regime de bandas. Três dias depois, em 18.01.1999, diante da crescente desconfiança dos agentes econômicos e das especulações sobre a solidez do plano real, aquela instituição, através do Comunicado 6.565, ratifica sua disposição de deixar que o próprio mercado definisse a taxa de câmbio, passando a interferir ocasionalmente e em situações especiais.

Além desta, outras importantes mudanças foram promovidas na política cambial do país, entre as quais destacamos:

a) a unificação, através de Resolução nº. 2.588, de 25.01.1999, das posições de câmbio do segmento de taxas flutuantes com o segmento de taxas livres, vigorando a partir de 01.02.1999;

b) tomando por base esta decisão, a Circular nº. 2.857, de 25.01.1999, estabeleceu o limite da posição comprada nos dois mercados (livre e flutuante) em U\$S 6 milhões (o limite anterior era de U\$8 5 milhões). A posição vendida passaria a corresponder a 100% do patrimônio líquido ajustado de cada instituição, conforme determinado na Circular nº. 2.860, de 01.02.1999;

c) a partir de 01 .02.1999, a Resolução nº. 2.558 passou a considerar o conceito de posição de câmbio única para fins operacionais, permanecendo, entretanto, registros contábeis específicos para operações contratadas nos segmentos livre e flutuante;

Oficialmente, as taxas praticadas são consideradas livres, determinadas pelas forças de mercado, sem qualquer limitação imposta por regulamentação governamental. Na prática, entretanto, a autoridade monetária continua atuando na definição dessas taxas, com o propósito de ajustá-las aos objetivos da política econômica do Governo Federal, o que nos permite afirmar que inexistem um regime de câmbio absolutamente livre no país.

3. COMÉRCIO INTERNACIONAL

Em épocas pré-históricas, as trocas ocorriam entre habitantes da mesma tribo. Com a evolução do relacionamento humano, o campo de ação das trocas ampliou-se, sucessivamente, para as cidades, nações e, finalmente, para o mundo. A troca, nos dias atuais, ultrapassou as fronteiras, tornando-se o comércio internacional.

Conceitua-se comércio internacional como sendo o conjunto das operações de troca, compra e venda de bens e serviços, originando os movimentos de capitais entre as nações.

Com o crescimento do comércio internacional e com as dificuldades geradas pelos problemas econômicos (tais como inflação, escassez de divisas, contingenciamento das importações), o registro das transações com o exterior se tornou muito importante. Surgiu então a peça contábil denominada balanço de pagamentos, que o “registro sistemático de todas as transações econômicas realizadas entre os residentes em determinado país e os residentes no resto do mundo, durante certo período, geralmente de um ano”.

O mundo de hoje é chamado de aldeia global, porque as nações estão, dia após dia, ficando mais interdependentes, ou seja, não dispõem de todas as mercadorias necessárias a sua sobrevivência. Essa interdependência não é só de

produtos, mas de tecnologia e também de capital. Os países de primeiro mundo, que dispõem de mais recursos, aplicam grandes quantias em pesquisas. Com isso passam a vender know-how e receber royalties. Os países carentes de capitais recebem investimentos externos, geralmente de multinacionais, o que amplia mais a interdependência da economia mundial.

3.1 – Organismos Internacionais

Por interesse comum dos países, são constituídas entidades internacionais voltadas para a organização das atividades de intercâmbio comercial. Tais organismos objetivam imprimir maior transparência e agilidade no comércio, buscando reduzir ou eliminar os entraves existentes, resguardar justa remuneração pelos serviços oferecidos, além de conceder assistência técnica e econômica.

No âmbito global, surgiram o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), também conhecido como Banco Mundial, e o “General Agreement on Tariffs and Trade” (GATT – Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio). A partir de 01.01.95 entrou em vigor a Organização Mundial de Comércio (OMC) que é responsável pela gestão dos acordos gerais sobre tarifas e comércio.

O FMI e o BIRD têm atuações voltadas para o campo da cooperação monetária e financeira, enquanto a OMC atua no ordenamento e cooperação comercial.

As funções básicas desses órgãos são as seguintes:

→ o FMI tem como objetivo primordial auxiliar os países a resolver os desequilíbrios em seus balanços de pagamentos;

→ o BIRD tem como atribuição promover o crescimento de regiões e países de menor desenvolvimento relativo;

→ a OMC objetiva:

- a) estabelecer negociações tarifárias multilaterais;
- b) mediar os entendimentos sobre a solução de controvérsias;
- c) examinar as políticas comerciais.

No âmbito regional são exemplos a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) e o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

A ALADI é composta por onze países, os dez da América do Sul e o México, visa estabelecer um mercado comum latino-americano, por intermédio de preferências tarifárias e eliminação de barreiras e outros mecanismos que impeçam o livre-comércio. O MERCOSUL é constituído pelo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, e tem por objetivo a integração econômica regional.

3.2 – Planejamento Estratégico na Exportação

Exportar pode ser um bom negócio para a empresa desde que os dirigentes se conscientizem da importância de um planejamento e de uma política que levem em conta o conhecimento e o domínio das regras e usos do comércio internacional. Caso contrário, as vendas ao exterior podem resultar em prejuízos e numa péssima experiência para a empresa, com conseqüente reflexo negativo para o país.

3.2.1 - Cadastramento de Exportadores e Importadores

Para efetuar operações de comércio exterior por intermédio do SISCOMEX, o interessado deverá estar inscrito no registro de exportadores e importadores (REI), da secretaria de comércio exterior (SECEX). A inscrição é feita no ato da primeira operação, no momento em que é informado ao sistema por meio eletrônico, o número do interessado ao cadastro geral de contribuintes (CGC) ou no cadastro de pessoas físicas (CPF), da secretaria da receita federal (SRF).

3.2.2 - Pesquisa de Mercado

Para ingressar no mercado mundial sem o risco de ser malsucedido, o procedimento básico é recorrer a uma pesquisa de mercado por menor que seja a empresa. Há produtos que têm excelente aceitação no mercado interno, mas, lá fora, por contingência de costumes, gostos ou tradições de cada país importador, podem ter pouca aceitação e até mesmo serem rejeitados. A empresa deve oferecer o produto que o consumidor realmente deseja e não o que a empresa quer vender.

Ao conseguir comercializar os produtos com razoável margem de lucratividade, o empresário não deve se acomodar e lembrar que o mercado é dinâmico, pois as motivações e as necessidades dos consumidores sempre se alteram. É preciso estar atento às mudanças de natureza econômica e de outra ordem que podem influenciar o mercado.

3.2.3 – Requisitos do Produto

A pesquisa visa aferir no mercado a distância entre a concepção do produto idealizado pelo consumidor e aquele que o fabricante deseja efetivamente vender. São avaliados detalhes como tamanho, desenho e material de fabricação mais apropriado ao produto. Como exemplo, pode-se imaginar um produto bonito, de bom tamanho, de bom desempenho, etc., mas o material utilizado na fabricação pode causar danos à saúde humana. Dificilmente um produto com estas características terá aceitação no mercado externo.

A qualidade da embalagem é também um item a ser avaliado tanto quanto o produto que se pretende exportar.

3.2.4 - Divulgação

A publicidade possibilita a inserção dos produtos em determinados mercados e estimula a demanda, principalmente em países altamente industrializados. As técnicas de promoção mais utilizadas são:

- Oferta de descontos excepcionais, conforme a quantidade;
- Divulgação do produto em publicações especializadas ou através de malas diretas, agentes e Internet;
- Envio de amostras;
- Participação em feiras e exposições.

3.2.5 - Viagens de Negócios

Nos dias atuais, com os meios de comunicação e de transporte eficientes e rápidos, as viagens para o exterior de um representante da empresa têm se tornado, cada vez mais freqüentes e necessárias. Em linhas gerais, o contato pessoal com clientes serve para estudar o mercado, observar a concorrência, procurar representante ou agente, promover vendas, etc.

A preparação para a viagem deve ser minuciosa e estar voltada para o aproveitamento ao máximo do tempo disponível. É necessária a elaboração de roteiro de visitas em que se definam o tempo de duração e a distância a ser percorrida, para que não haja atraso nos deslocamentos.

É preciso considerar, antecipadamente, o que a clientela efetivamente deseja, a estação do ano em que o produto será apresentado, os feriados locais, o período de férias das pessoas com as quais o exportador vem mantendo contato e as condições econômica, social, política e climática dos países a serem visitados.

4. PRODUTOS DE FINANCIAMENTO À EXPORTAÇÃO

Existe uma variedade de produtos e serviços que objetivam servir de suporte financeiro à produção e à concretização da exportação.

É válido lembrar que o acesso a estes produtos e serviços pelos exportadores está condicionado a exigências operacionais e negociais de cada organismo nacional ou internacional e da instituição financeira .

Quando financiamentos são concedidos, os bancos têm que captar recursos para poder emprestá-los. Neste caso, capta a uma taxa de juros e empresta a outra - mais elevada - chamada deságio.

Fechar ou contratar um câmbio de exportação é sob a ótica do exportador, vender a um banco moeda estrangeira que foi ou será, nos termos de um contrato, recebida do exterior como pagamento de uma exportação realizada ou a realizar.

4.1 - ACC - Adiantamento sobre Contrato de Câmbio

Define-se a operação de adiantamento sobre contrato de câmbio como sendo a antecipação, total ou parcial, do valor da mercadoria vendida a prazo ou à vista, em moeda nacional, com anterioridade de até 180 dias da data do seu embarque para o exterior, ou seja, é concedido na fase pré-embarque, que

compreende desde a contratação do câmbio até a entrega dos documentos representativos da exportação.

A liquidação do ACC ocorre por ocasião da entrega dos documentos, quando estes representam imediata entrega de divisas. Neste momento, o ACC transforma-se em ACE – adiantamento sobre cambiais entregues. Atentar para o fato de que, caso o exportador não efetive o embarque, o ACC fica em situação irregular, sujeitando o exportador a punições administrativas e pecuniárias pelo Bacen.

4.2. ACE - Adiantamento sobre Cambiais Entregues

O adiantamento sobre cambiais entregues é a antecipação dos recursos das vendas a prazo, em moeda nacional, após o embarque da mercadoria para o exterior, mediante contra entrega dos documentos comprobatórios do embarque, ou seja, as cambiais.

O ACE é liquidado com a efetiva entrega da moeda estrangeira, ocasião em que se dá também a liquidação do contrato de câmbio.

- Características do ACC/ACE:
- Assistência financeira sob a forma de antecipação em moeda nacional por conta do pagamento futuro da moeda estrangeira, a custos reduzidos em relação às taxas do mercado interno;
- Procedimentos operacionais simplificados que agilizam a liberação dos recursos;
- O adiantamento poderá ser de até 100% do valor da exportação.

4.3. Export Notes

Export Notes é a venda, pelo exportador, dos direitos sobre a moeda estrangeira decorrentes de exportações de produtos e serviços a serem realizadas, fornecendo, dessa forma, ao exportador capital de giro e garantindo proteção cambial ao importador. Através da intermediação na compra e venda desses direitos de crédito, os bancos viabilizam:

- ao exportador – antecipação de recursos em reais, mediante cessão de direitos creditórios sobre contratos de exportação;
- ao importador – formação de lastro em moeda estrangeira para fazer frente a uma obrigação futura, prevenindo-se, dessa forma, contra risco cambial;
- aos investidores (pessoas físicas ou jurídicas) – mais uma opção de investimento atrelado à variação cambial, mais os juros arbitrados pelo mercado.

4.4. PROEX – Programa de Financiamento às Exportações

O PROEX é um programa instituído pelo governo federal em 1991 com o objetivo de oferecer competitividade aos produtos brasileiros comercializados no exterior. O programa apresenta duas modalidades: financiamento e equalização.

4.4.1 – PROEX – Equalização

O PROEX - Equalização objetiva proporcionar às exportações

brasileiras condições de financiamento equivalentes às do mercado internacional, com recursos orçamentários da União no que diz respeito à equalização entre as taxas negociadas pelos exportadores e importadores e o custo de captação dos recursos no exterior.

O financiamento da exportação efetivamente realizada dá-se com recursos do banco que está intermediando a operação.

→ Características:

- condições especiais de pagamento pelo exportador;
- recebimento à vista sobre a venda externa, efetuada a prazo;
- agilidade na liberação de recursos ao exportador;
- continuidade do processo produtivo, financiado pelos recursos recebidos;
- prazo de pagamento que varia de 60 dias a 10 anos;
- limite financiável de 85% a 100%.

4.4.2 - PROEX – Financiamento

Os recursos do PROEX financiamento são provenientes do Tesouro Nacional, destinando-se também ao financiamento das exportações na fase pós-embarque, com o mesmo prazo de pagamento do PROEX - Equalização. O valor financiável é de até 85% do montante da exportação, com taxa de juros atrativa, correspondente à LIBOR, fixa ou variável.

O Banco do Brasil atualmente é o operador exclusivo do programa nesta modalidade de financiamento.

Modalidades:

- financiamento ao exportador (Supplier's Credit): modalidade em que o financiamento é concedido mediante desconto de títulos de créditos ou cessão de direitos creditórios, após contratada a venda externa e o embarque das mercadorias/faturamento do serviço;
- financiamento ao importador (Buyer's Credit): modalidade em que o financiamento é concedido mediante contrato firmado entre entidades estrangeiras e o governo brasileiro. O financiado, na medida em que recebe o bem ou serviço contratado, autoriza o crédito na conta do exportador.

4.5 - FORFEX

O FORFEX consiste no financiamento das exportações na fase pós-embarque da mercadoria, por meio do desconto de cambiais (títulos representativos da exportação: saque, letra de câmbio) e representa um estímulo às exportações brasileiras uma vez que é atribuído um prazo de pagamento de até 36 meses, contribuindo para o aumento da competitividade dos produtos brasileiros.

→ Características:

- financia 100% da operação;
- contempla operações a partir de US\$ 50 mil;

4.6 - Pré-pagamento de Exportação

Financiamento as exportações na fase pré-embarque com anterioridade de até 180 ou 360 dias (conforme o produto) do embarque das mercadorias para o exterior, com recursos obtidos junto às agências externas do Banco do Brasil ou junto a bancos no exterior (banqueiros).

Características do pré-pagamento:

- financiamento até 100% o valor a ser exportado, com custos reduzidos e prazo de pagamento de até 180 ou 360 dias antes do embarque, conforme o produto a ser exportado;
- participantes da operação: um exportador brasileiro, um comprador final (importador estrangeiro) e uma instituição financeira externa, como supridora de recursos para viabilizar o financiamento.

4.7 - Produtos da Pauta de Exportação do Ceará

As crises do México, Ásia e Rússia tiveram uma forte repercussão na economia brasileira, inibindo a realização de investimentos e forçando o Governo Federal a aplicar uma política de juros altos, que elevou significativamente o déficit do setor público.

No Nordeste, além dos problemas conjunturais, a região enfrentou cinco secas, no período entre 1990 e 98, que comprometeram o desenvolvimento da economia de vários estados, entre eles o Ceará.

O Estado do Ceará em 1998 participou com apenas 1% das exportações brasileiras e, apesar do expressivo crescimento do setor no período entre 1980 e 1998 (127%), as vendas no mercado externo atingiram um total de US\$ 355 milhões no período, o que corresponde a menos de 9% das exportações nordestinas.

No primeiro semestre de 1999 as vendas externas do Estado se concentraram principalmente na pauta de produtos vegetais, que foi responsável por 30,7%, com destaque principalmente para a castanha de caju.

O setor calçadista também conseguiu um bom desempenho. O principal destino das exportações cearenses foram os Estados Unidos (53,4%), que são grandes consumidores da castanha de caju, calçados de couro e lagosta cearense. Esses itens foram responsáveis por cerca de 74,0% das vendas do Ceará. A venda das indústrias cearenses para a Argentina representaram 12,3% do total registrado.

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA PAUTA DE EXPORTAÇÕES DO CEARÁ EM 98

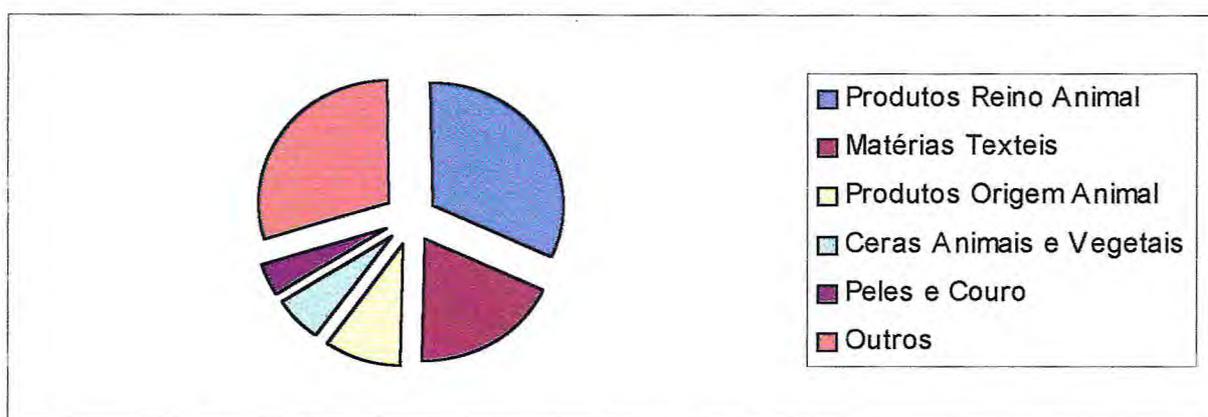
PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS EM 1998

Produto	US\$	%
Castanha de caju	124.060.374,00	35
Tecidos de algodão	38.837.478,00	11
Outros calçados de couro natural	32.771.260,00	9
Lagosta	32.264.225,00	9
Ceras vegetais	28.177.304,00	8
Calçados de borracha/plást.	19.579.911,00	6
Total exportado pelo Ceará	354.995.557,00	100

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC/Análise de Informações de Comércio Exterior - ALICE

PAUTA DE EXPORTAÇÃO DO CEARÁ ATÉ SET/99

- Produtos Reino Vegetal	73.146	32,03%
- Matérias Têxteis	41.079	17,99%
- Produtos Origem Animal	21.264	9,31%
- Ceras Animais e Vegetais	14.248	6,24%
- Peles e Couros	10.124	4,43%
- Outros	68.534	30,00%
- TOTAL	228.395	100%



Fontes: FIEC/Sistemas BB

* Dados disponíveis até setembro/99

5. SERVIÇOS RELACIONADOS À EXPORTAÇÃO

5.1. Cobrança de Exportação

esse serviço tem por finalidade propiciar ao exportador, por intermédio dos bancos, a cobrança de documentos relativos às operações de exportação nas condições e prazos acordados entre exportador e importador.

A cobrança é efetuada por bancos nacionais junto a banqueiros internacionais previamente indicados pelo exportador. A facilidade de cobrar no exterior agiliza o ingresso das divisas no país e dá ao exportador a segurança do recebimento de suas vendas.

5.2. Cartas de Garantias

Documentos emitidos pelos bancos, destinados a operações de exportação de bens e serviços. Neste particular, tem-se o Banco do Brasil como prestigiado no mercado internacional. As cartas viabilizam ao exportador

empreendimentos externos, pois garantem o cumprimento do contrato de exportação.

Modalidades de cartas de garantias:

- Bid Bond (garantia de oferta): destina-se a garantir a assinatura do contrato pertinente, caso vença a concorrência pública aberta no exterior para fornecimento de bens e/ou serviços.
- Performance Bond (garantia de cumprimento): destina-se a garantir o fiel cumprimento de contrato de exportação (fornecimento de bens e/ou serviços).
- Refundment Bond (garantia de reembolso): destina-se a garantir o reembolso de pagamentos antecipados, efetuado pelo importador estrangeiro, no caso de não cumprimento da exportação contratada.

5.3. Descontos de Cambiais

Tem por finalidade atender aos exportadores brasileiros, mediante desconto das cambiais, detentores de carta de crédito irrevogável (crédito documentário), tomada pelo importador estrangeiro junto a um Banco no Exterior, ou atender aos exportadores brasileiros detentores de documentos de exportação cujo saque contra o importador encontra-se avalizado por um banco estrangeiro.

Característica do desconto de cambiais:

- antecipação dos recursos ao exportador em até 100% do valor exportado

5.4. Seguro de Crédito à Exportação

The logo for SBCE (Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação) is located in the top right corner of the page. It consists of the letters 'SBCE' in a stylized, blue, blocky font.

O seguro de crédito à exportação tem sido cada mais vez utilizado no mercado internacional para garantir as exportações contra o não pagamento pelo importador, em razão de problemas comerciais (falência e mora) e/ou políticos extraordinários.

No Brasil é operado pela SBCE – seguradora brasileira de crédito à exportação, que é composta por um pool de seguradoras (SulAmérica, Minas Brasil, Bradesco seguros e a seguradora francesa COFACE, a maior seguradora de crédito à exportação do mundo) e tem o Banco do Brasil como um dos acionistas.

A contratação de seguro de crédito à exportação estimula os bancos a financiarem a fabricação dos produtos, incrementa a exportação de serviços, bens de capital e de conjuntos industriais e acrescenta ao produto vantagens comparativas na disputa do mercado.

6. CONCLUSÃO

A busca constante de informações a respeito de produtos e serviços de exportação é indispensável para que o exportador consiga manter-se no mercado, de forma competitiva.

Entretanto, mais de que conhecer produtos e serviços, é fundamental que o empresário brasileiro reconheça no mercado internacional a saída para o sucesso dos seus negócios, na medida em que surge a possibilidade de estabelecer novas parcerias, expandindo suas vendas e pulverizando seus riscos.

Em se tratando de política cambial do país, tem-se presenciado o lançamento de diversos programas voltados ao estímulo das exportações brasileiras, cujo objetivo é reverter o déficit da balança comercial, que, desde 1995, vem comprometendo a credibilidade do Brasil no exterior.

Assim, em 1998, o governo brasileiro lançou, a nível nacional, o PEE – Programa Especial de Exportação - contemplando aproximadamente 58 setores da economia, com o propósito de atingir em 2.002 o volume de US\$ 100 bilhões de dólares na exportação.

Na esteira destas medidas, o Banco do Brasil, ratificando sua posição histórica de maior apoiador do comércio exterior brasileiro, concebeu seu próprio

programa e em fevereiro de 1998 lançou oficialmente o PGNI – Programa de Geração de Negócios Internacionais em onze estados do país, entre os quais o Ceará.

Todas estas ações, enfim, têm a mesma finalidade: fomentar as exportações brasileiras, via desoneração fiscal e desconcentração do mercado entre as empresas nacionais, estimulando a inserção de micros, pequenos e médios empresários no segmento exportador.

Os resultados atuais da balança comercial brasileira (déficit de 1,45 bilhões de dólares de jan a nov/99) indicam o quanto ainda há por ser feito.

Não basta, pois, conceber programas e disponibilizar linhas de crédito; é necessário, sobretudo, investir em infra-estrutura (transportes, energia e comunicação), modernizar a administração dos portos e aeroportos, resolver os problemas fiscais e monetários do país e disseminar uma cultura exportadora entre o empresariado brasileiro.

USFPAUS

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

Catálogo de Produtos e Serviços da UEN Internacional do Banco do Brasil.

Documento de Circulação Interna do Banco do Brasil

DIÁRIO DO NORDESTE, **Caderno Negócios**, Fortaleza-Ce. 11 de julho de 1999

DIÁRIO DO NORDESTE, **Caderno Negócios**, Fortaleza-Ce. 12 de Setembro de 1999

GEROI – Gerência de Operações Internacionais e de Câmbio. **Órgão da Direção Geral** – São Paulo (SP)

LIC – Livros de Instruções Codificadas. **Banco de Dados Eletrônico, on-line.**

SISBB – Sistemas do Banco do Brasil. **Banco de Dados Eletrônico, on-line.**

UEN – Internacional – Unidade Estratégica de Negócios Internacional. **Órgão da Direção Geral** – Brasília (DF)

UEN – Inter- Gerência de Produtos/Divisão de Promoção e Consultoria. **Órgão da Direção Geral** – 1999

MAIA, Jayme de Maris. **Economia Internacional e Comércio Exterior**. São Paulo: Atlas, 1998

www.bcb.gov.br – Site do Banco Central do Brasil na Internet

www.altavista.com – Site de pesquisa